



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1126>

Da mera ignorância para a ignorância construída: sobre a natureza da ignorância e sua relação com a violência

From mere ignorance to constructed ignorance: on the nature of ignorance and its relationship with violence

Alexandre Meyer Luz¹

João Marcelo Saraiva²

Lucas Jairo Cervantes Bispo³

Resumo

Neste ensaio partiremos de uma discussão sobre a natureza da ignorância proposicional, tipicamente tomada apenas como mera ausência de um bem epistêmico ou de algum tipo de sucesso cognitivo e argumentaremos em favor da tese de que alguns casos de ignorância ou de relações com a ignorância não são completamente explicados apenas pelo apelo a esse tipo de definição de ignorância proposicional. Nesse sentido, mostraremos que é possível haver uma relação estrutural e ativa de produção, manutenção e alimentação de ignorância por parte da sociedade e dos sujeitos. Por fim, nós defenderemos que esta ampliação da investigação é fundamental para que a ignorância se torne um conceito importante para uma investigação sobre os aspectos sociais do conhecimento e para a sua conexão com outros conceitos como o de injustiça e o de violência epistêmicas. Palavras-chave: Epistemologia da ignorância. Ignorância construída. Violência.

Abstract

In this essay, we will start with a discussion on the nature of propositional ignorance, typically understood merely as the absence of an epistemic good or some kind of cognitive success. We will argue in favor of the thesis that some cases of ignorance or relationships with ignorance are not fully explained by appealing solely to this type of definition of propositional ignorance. In this sense, we will

¹ Doutor em Filosofia pela PUCRS, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: alexmeyerluz@gmail.com. ORCID: 0009-0001-0435-1102.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: saraivajoaom@gmail.com. ORCID: 0009-0009-9569-6883.

³ Mestre em Filosofia pela UFBA, professor do Instituto Federal do Piauí. Email: lucas.jc.bispo@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5572-619X.

demonstrate that there can exist a structural and active relationship involving the production, maintenance, and nurturing of ignorance by society and individuals. Ultimately, we will assert that this broadening of investigation is crucial for ignorance to become an important concept in studying the social aspects of knowledge and its connection to other concepts such as injustice and epistemic violence.

Keywords: Epistemology of ignorance. Constructed ignorance. Violence.

Introdução

A epistemologia tem, muito tradicionalmente, tratado de questões sobre a natureza, as fontes e os limites do conhecimento. Assim, muito foi escrito sobre o que sabemos. No entanto, há poucas décadas o escopo dessa área tem se expandido e, de maneira frutífera, passado a abarcar outras questões e outros problemas. Nesse sentido, a epistemologia passou a tratar também do que *não* sabemos - ou, mais elegantemente, da *ignorância* - enquanto um estado que, tal como o conhecimento, se refere ao sucesso ou ao fracasso cognitivo. Assim, este é primordialmente um ensaio sobre o que não sabemos, um ensaio de epistemologia da ignorância e, secundariamente, um ensaio sobre um dos tipos de impactos que a ignorância traz para as nossas vidas: a produção de violência inapropriada.

Tendo em vista tal tarefa, este ensaio se ocupará primeiramente de uma questão geral, que pode ser proposta nos seguintes termos: quais as relações entre a discussão sobre a natureza da ignorância e a sobre a ignorância construída? Para responder essa questão, na primeira seção buscamos introduzir a discussão acerca da natureza da ignorância, para então, na segunda seção, apresentar a discussão acerca da ignorância construída e do seu contraste com a mera ignorância.

A primeira discussão, sobre a natureza da ignorância, apresentará uma das duas teorias centrais no cenário da investigação: a Concepção Padrão, para a qual ignorância é ausência de conhecimento. Nossas suposições serão, primeiro, que essa é a concepção mais bem motivada e, em segundo lugar, que as conclusões a partir da Concepção Padrão podem ser adaptadas para a outra teoria, a Concepção Nova, para a qual a ignorância é ausência de crença verdadeira.

Depois disto, em segundo lugar, mostraremos que, apesar desse debate ser fundamental para a definição de ignorância, parece haver casos de ignorância ou de relações com a ignorância que não se deixam explicar ou abordar da melhor forma apenas por apelo a qualquer uma das definições. Trata-se dos casos de *ignorância*

construída. Nestes casos, sujeitos ou grupos determinam, por diferentes razões, de modo intencional ou não, o que se deve ou não saber.

Pode-se apelar para casos onde a construção de ignorância não implica em problemas ou até seja uma escolha adequada⁴, porém, alguns autores como Charles Mills (MILLS, 2007; 2015) e José Medina (MEDINA, 2013; 2016) nos chamam a atenção para o fato de que em outras situações a ignorância construída é prejudicial. Por exemplo, muitas vezes questões relacionadas à opressão sistemática de grupos identitários geram um tipo de ignorância que se torna resistente e persistente na nossa sociedade, implicando, por exemplo, na criação e manutenção sistemática de desinformação acerca de materiais sensíveis a essa opressão.

Nesses casos, há uma forma de ignorância que é construída de forma sistemática, por grupos e sujeitos, acerca de proposições que, por exemplo, dizem respeito à identidade social de grupos epistêmica e socialmente marginalizados. É o caso da *ignorância branca* sugerida por Mills e do fenômeno da *ignorância ativa* da forma em que é descrita por Medina⁵. Ambas as perspectivas têm como escopo a construção de ignorância, porém a partir de perspectivas distintas. Mills preocupa-se em apresentar como a ignorância pode ser construída de forma estrutural a partir do apagamento e modificação das fontes de testemunho, enquanto Medina aponta para o papel dos sujeitos na construção da própria ignorância.

Dessa maneira, nosso objetivo é o de apresentar introdutoriamente a passagem do debate sobre a natureza da ignorância como mera ausência de um bem epistêmico ou sucesso cognitivo para o debate sobre a ignorância construída, tomada enquanto uma ausência, mas uma ausência sistematicamente produzida, mantida ou reproduzida.

⁴ Há, ao menos, uma situação na qual a ignorância é desejável, qual seja, quando os custos e consequências de suprir a ignorância não compensam os ganhos e consequências da não-ignorância. Além disso, nessa perspectiva, há certos casos onde a escolha pela ignorância não parece ser moralmente condenável: por exemplo, quando um sujeito, por certa sensibilidade acerca de tópicos que podem causar gatilhos, prefere permanecer em estado de ignorância sobre estes mesmos tópicos para cultivar sua saúde mental. Em outros momentos, a ignorância pode ser estratégica: por exemplo, ao enfrentar um oponente em um ringue que é mais forte, às vezes a escolha pela ignorância pode gerar autoconfiança e ser algo benéfico para a disputa, etc.

⁵ Apesar de Medina não ter criado o termo “ignorância ativa”, o seu texto introduz uma tipologia para diferenciar casos de mera ignorância de casos de ignorância ativa. Como o próprio autor nota, geralmente utiliza-se do termo “ignorância ativa” na literatura antirracista para designar situações onde a ignorância é construída e preservada através do preconceito racial. Porém, dada a generalidade do termo, estamos comprometidos com a forma em que este é apresentado por Medina.

Por fim, como uma aplicação desta discussão, nós faremos uma aproximação entre a discussão sobre a ignorância e a discussão sobre a violência epistêmica. Com este passo, pretendemos mostrar que o conceito de ignorância desempenha um papel indispensável em diversas outras discussões filosoficamente relevantes, sugerindo que ele deveria ser tratado com o mesmo estatuto teórico que se confere a conceitos tão tradicionais quanto os de conhecimento e de justificação epistêmica⁶.

1 Sobre A Natureza Da Ignorância Proposicional

Muitas vezes realizamos julgamentos em que consideramos e avaliamos a nossa própria ignorância ou a de outros: reconhecemos que somos ignorantes, julgamos que outras pessoas são ignorantes ou que certas situações envolvem a ignorância. Além disso, compreendemos que a ignorância tem impacto em nossas vidas, em diferentes graus, que dependem das características do agente e do assunto. Tipicamente também supomos que a ignorância tem um valor negativo e, por isso, tendemos a acreditar que quanto menos ignorantes formos, melhor (embora consideremos que sobre alguns assuntos a ignorância pode “ser uma bênção”, ou seja, que ela pode ser desejável). Também supomos tipicamente que até certo ponto a ignorância é inevitável (afinal, sempre poderá haver uma nova pergunta a ser respondida e respostas que não somos capazes de alcançar).

Estas intuições de senso comum jogam alguma luz sobre o fenômeno da ignorância, mas, como pretendemos mostrar, não dispensam uma avaliação mais cuidadosa. Neste espírito, a ignorância tornou-se objeto de estudo da filosofia. Como é comum na investigação filosófica, problemas sobre a natureza da ignorância parecem ocupar um primeiro lugar na investigação. Respeitando tal estratégia, nós nos ocuparemos inicialmente de questões desta espécie: “o que é a ignorância?” e “em quais circunstâncias um sujeito encontra-se em estado de ignorância?”

Segundo a *Concepção Padrão* (CP, doravante), que é a concepção que trataremos, a ignorância é a ausência de conhecimento. Alguns dos autores vinculados a essa concepção são Fields (FIELDS, 1994, p. 403), Haack (HAACK,

⁶ Este ponto pode ser lido em conjunto com LUZ, A. M.; STRAPPAZZOTO, A.; LUZ, B. P. *Filosofia da Violência: Microviolência e Esquizoanálise* (no prelo).

2001, p. 25), Morvan (MORVAN, 2011a; 2011b; 2012; 2013; 2016), Zimmerman (ZIMMERMAN, 1988, p.75; 2008, ix) e Nottelmann (NOTTELMANN, 2016). No caso desta tese, a natureza da ignorância é determinada em contraposição à natureza do conhecimento. Sendo assim, a depender de como definimos o conhecimento, teremos esta ou aquela definição de ignorância. Por exemplo, se o conhecimento é definido como crença verdadeira justificada, ou apenas como crença verdadeira, ou como crença verdadeira mais outra coisa que não a justificção, ou analisado não como uma crença, mas como uma habilidade ou, ainda, como algo não analisável, etc., então a ignorância será a ausência de conhecimento - seja lá como “conhecimento” venha a ser compreendido.

Uma pergunta adicional é sobre se há tipos de ignorância. Nesse sentido, assim como na teorização sobre o conhecimento é possível distinguirmos diferentes tipos de conhecimento (como o *know how* e o conhecimento por familiaridade), na teorização sobre a ignorância, de acordo com a CP, também é possível distinguirmos diferentes tipos de ignorância, sendo o tipo proposicional o mais relevante para a presente reflexão.

Em uma abordagem inicial, o conhecimento proposicional é o saber *se* ou *que* uma proposição é verdadeira. Por exemplo, “Maria sabe *se/que* a cloroquina não é comprovadamente eficiente contra a covid-19”. Assim, na CP, a ignorância proposicional ocorre quando não sabemos *se* ou *que* uma proposição é verdadeira. Por exemplo, “Maria não sabe *se* ou *que* a cloroquina não é comprovadamente eficiente contra a covid-19”, o que pode ser lido, para fins de análise conceitual, como “Maria é ignorante sobre *se* ou *que* a cloroquina não é comprovadamente eficiente contra a covid-19”. Nesses exemplos de conhecimento ou ignorância proposicional, há um sujeito epistêmico, isto é, um sujeito suficientemente capaz de ter atitudes, de realizar atividades e estar em estados que compõem o escopo epistemológico (como duvidar, investigar, acreditar, saber, etc), que nesse caso é Maria. Além disso, Maria está em um estado epistêmico, o de conhecimento ou de ignorância. Por fim, esse estado epistêmico se refere à verdade da proposição “A cloroquina não é comprovadamente eficiente contra a covid-19”.

Dada essa compreensão da CP, e por conta da já citada relação entre a definição da natureza da ignorância em contraste com a natureza do conhecimento, as diferentes maneiras pelas quais um sujeito deixa de ter conhecimento

proposicional dependem, é claro, do que tomamos por conhecimento proposicional. Assim, tendo em vista a análise tradicional segundo a qual o conhecimento é composto de quatro condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes, a saber, a crença, a verdade, a justificação e uma cláusula anti-Gettier, há diversas maneiras pelas quais um indivíduo pode não ter conhecimento proposicional. Uma possibilidade de ignorância é quando o indivíduo acredita que uma proposição é falsa, mas ela é verdadeira (ou vice-versa). Outra possibilidade é quando o indivíduo suspende o julgamento sobre a verdade da proposição, encontrando-se, portanto, em uma atitude de neutralidade, de indecisão, em relação à verdade da mesma. Em ambas as situações, o indivíduo está ciente da proposição e adota uma postura doxástica (ou seja, uma atitude de crença, descrença ou suspensão do juízo) específica em relação a ela. No entanto, há também circunstâncias nas quais o indivíduo não tem nenhuma postura desses tipos em relação a essa proposição ou não está ciente dela, porque, por exemplo, ela lhe é indiferente, nunca a considerou ou sequer é capaz de concebê-la ou compreendê-la. Nesse caso, o indivíduo não tem ciência ou não tomou nenhuma posição em relação à proposição. Essas quatro possibilidades são consideradas de ignorância na CP já que em cada uma delas o indivíduo não sabe se (ou que) a proposição é verdadeira (ou falsa).

Entretanto, se a ignorância é entendida como ausência de conhecimento e não apenas ausência de crença verdadeira (tal como defende a Concepção Nova, doravante CN), há outras possibilidades de ignorância que envolvem tanto a ciência quanto uma postura doxástica em relação à proposição. Por exemplo, uma possibilidade é quando o indivíduo tem uma crença verdadeira, mas que não foi formada através de um processo confiável, não é fundamentada ou justificada, isto é, não possui base epistêmica suficiente; outra é quando a crença é verdadeira e possui base epistêmica suficiente, mas somente por sorte, por acaso, a crença é verdadeira e, por isso, não se constitui como conhecimento. Em ambos os casos, o indivíduo não tem conhecimento e, de acordo com a perspectiva da CP, é considerado ignorante.

É possível ainda, por exemplo, fazer mais uma distinção interessante para os fins do presente trabalho: aquela entre a *ignorância de primeira ordem* e a de *segunda ordem*. Na ignorância de primeira ordem o sujeito é ignorante em relação

a uma determinada proposição. Por outro lado, na ignorância de segunda ordem, além de ser ignorante em relação a uma determinada proposição, o sujeito também não está ciente de sua própria ignorância em relação a essa proposição. Dessa maneira, se um sujeito é ignorante quanto a cloroquina ser ou não comprovadamente eficiente contra a covid-19, mas está ciente de que é ignorante, sua ignorância é apenas de primeira ordem. No entanto, se além de ser ignorante quanto a cloroquina não ser comprovadamente eficiente contra a covid-19, não está ciente da própria ignorância (talvez até acredite que não é ignorante!), se trata de uma ignorância de segunda ordem.

Quais seriam, no entanto, as razões para aceitarmos a CP? Para fundamentar a CP, encontramos diversos argumentos no debate entre Morvan (Peels & Morvan, 2016) e Peels (Peels & Morvan, 2016), no qual Morvan defende a CP e Peels a CN. Entre estes argumentos encontramos uma tentativa de sustentar que a definição de ignorância segundo a CP, sendo complementar à definição de conhecimento, geraria, pelo menos em certa medida, um benefício prático: a unificação da teorização dos dois conceitos, já que isto permite usar os resultados da investigação sobre o conhecimento - e o aparato usado para lidar com o conhecimento - na investigação sobre a ignorância. Além disso, a CP estaria em conformidade com e explicaria diversos usos de “ignorância” na linguagem natural; trataria melhor os casos de crença verdadeira ou crença verdadeira justificada que não são conhecimento como casos de ignorância; conseguiria compreender melhor o princípio de que a ignorância, se perdoável, exime completa ou parcialmente a culpa de um sujeito por ações ou omissões erradas pelas quais, se não fosse ignorante, seria completamente culpado; e, por fim, abordaria melhor a ignorância em relação a proposições falsas.

A discussão em relação à CP, porém, continua em aberto. Sendo assim, para nos inserirmos nesse debate, é possível, por exemplo, revisar e aprofundar os argumentos já existentes, desenvolver outros, defender essa ou outra concepção, ou tratar de outros tipos de ignorância e não só da proposicional. É possível também tentarmos conciliar diferentes concepções, elaborarmos outras alternativas ou desenvolvermos que, por exemplo, o conceito de ignorância não é analisável. Além disso, é possível também trabalhar alguns tópicos negligenciados ou menos tradicionais na história da filosofia, dentre eles o da análise da ignorância como

relevante para atribuições de responsabilidade ou considerações sobre a injustiça epistêmica, ou para a compreensão da desinformação e do negacionismo científico ou ainda para a regulamentação da relação entre, por um lado, as empresas e o Estado e, por outro, os dados dos usuários nos meios digitais, em termos de ignorância quanto a determinadas informações desses usuários.

Nosso foco, todavia, será em confrontar o trabalho nas epistemologias da ignorância com a questão a respeito da natureza da ignorância e, em específico, se é adequada a análise da ignorância apenas como a ausência de algum tipo de bem epistêmico ou sucesso cognitivo. Isto porque existe ao menos um problema com análises do tipo, qual seja, na medida que consideramos os sujeitos de modo socialmente localizado, inseridos dentro de uma comunidade epistêmica na qual questões de cunho social podem ter um papel nos processos epistêmicos, parece haver casos de ignorância ou de relações com a ignorância que não se deixam explicar ou abordar da melhor forma apenas por essas definições. Sendo assim, o que procuraremos apresentar na próxima seção é uma perspectiva que vai além dessa análise de mera ausência e tenta entender também a possibilidade da ignorância em uma relação ativa por parte dos sujeitos e dos grupos.

2 Da Mera Ignorância Para a Ignorância Construída

Na seção anterior, consideramos questões acerca da definição de ignorância enquanto uma ausência de um bem epistêmico ou estado cognitivo, que seria, de acordo com a CP, o conhecimento. Como vimos, esta é uma discussão importante para jogarmos luz sobre inúmeras questões relacionadas à agência dos sujeitos epistêmicos.

Para além desses casos, no entanto, existem situações onde o que está em jogo não é uma mera ausência de conhecimento, mas uma *criação sistemática* de ignorância, seja pelo apagamento ou modificação de fontes de testemunho, ou, por exemplo, pela manutenção ativa de ignorância por sujeitos e, especialmente, por grupos⁷. Nessas situações existe o que podemos chamar de *ignorância construída*.

⁷ Acerca da produção de ignorância por parte da construção sistemática e/ou intencional de desinformação ver: Sullivan e Tuana (2007), Mills (1997, 2007, 2012, 2015, 2021), Medina (2016, 2013), Fricker (2007, 2016) e Denicola (2017).

Existem diferentes casos de ignorância construída, porém, esses se assemelham pela construção da ignorância por parte de sujeitos, grupos e instituições. Dessa forma, esse tipo de ignorância limita-se a casos onde a ausência de conhecimento não é meramente acidental, mas sim, em alguma medida, uma *escolha*, mesmo que, nem sempre parta do indivíduo, pois, como veremos, em alguns casos a construção de ignorância se dá de forma puramente estrutural - quando, por exemplo, instituições decidem o que devemos ou não saber.

Note que, sob muitos aspectos, trata-se aqui de indicar uma *ampliação* da discussão; a discussão sobre a natureza da ignorância não capta - e não precisa captar (mas não deve obscurecer) - os modos pelos quais agentes envolvidos em relações sociais (que incluem as relações moldadas pelo poder social) se valem da construção de ignorância.

Acerca dos diferentes tipos de ignorância construída, um tipo em específico, a *ignorância motivada* [*willful ignorance*], tem chamado atenção de autores⁸ das tradições antirracistas e feministas para o papel da identidade social na manutenção e produção de casos de ignorância. Os casos de ignorância motivada, enquanto um tipo de ignorância construída, podem ser classificados em dois tipos principais: casos de *ignorância estruturalmente motivada* e casos de *ignorância individualmente motivada*. Esses dois casos distinguem o papel do sujeito e sua culpabilidade na construção de ignorância. Nos casos onde a ignorância é construída de forma estrutural o sujeito não é detentor da culpa, visto que ele é vítima da construção dessa ignorância por parte de instituições maiores. Já nos casos individuais, o sujeito detém culpa, visto que ele é responsável pela criação e manutenção da sua própria ignorância.

A preocupação em distinguir casos de casos de ignorância construída de casos de mera ignorância se dá, muitas vezes, por fins práticos. Isto porque estes casos não são apenas epistemologicamente diferentes, mas há necessidade, muitas vezes moral, de se distinguir entre um sujeito que comete uma injúria racial - ou um ato de misoginia, de transfobia ou etc., por mera ausência de conhecimento, daquele que, mesmo com acesso disponível a informações relevantes, prefere permanecer em ignorância. Nessa perspectiva, queremos poder diferenciar, por um lado,

⁸ Alguns autores(as) que se preocupam com ignorância motivada podem ser citados, como Mills (1997, 2007, 2015); Sullivan e Tuana (2007); Medina (2016); Denicola (2017); Fricker (2016) entre outros(as).

sujeitos que constroem sua ignorância a partir de esforço deliberado e intencional, como no caso da participação em grupos na internet que propagam ódio às minorias com dados e argumentos viciosos e etc. dos sujeitos que foram condicionados a partir da construção sistemática de ignorância institucional, e que não tiveram escolha quanto a isto (como, por exemplo, no caso de uma educação escolar extremamente eurocêntrica e que apresenta a relação colonial como uma relação de “salvação” e não de opressão).

No primeiro caso, a ignorância é construída ativamente enquanto a motivação para a participação nestes grupos encontra-se diretamente ligada à motivação para não pesquisar sobre o racismo, não conceder autoridade às falas sobre o racismo e etc. Assim, mesmo que a pessoa esteja, em algum grau, informada sobre a existência do racismo, ela atua ativamente na construção de impedimentos para a aquisição de informações sobre muitos aspectos e nuances do racismo - e, neste sentido, *constrói ignorância*.

O segundo caso é diferente. Para perceber essa diferença, imagine que alguém *não recebe* sistematicamente informações sobre o racismo; imagine que alguém é educado num ambiente que suprimiu a informação de que negros foram escravizados ali ou que (num exemplo mais realista) não recebe informações sobre o modo como racismo estrutural age. Uma pessoa nestas condições foi colocada em posição de ignorância por sua própria comunidade.

Note que nos dois casos os indivíduos parecem estar em posições diferentes em relação à culpa por alguma atitude racista e que isso se deve à própria atuação na produção de ignorância. Nos dois casos, o grupo social desvia a atenção do agente (“entorpece” sua atenção, como sugere José Medina) em relação à existência do racismo (ou a aspectos do racismo), mas no primeiro caso o agente concorda com o desvio de sua atenção; de certo modo, ele coopera para a produção do próprio preconceito (preconceito associado à sua ignorância sobre fatos importantes sobre o caráter e as consequências abjetas do racismo). Isso não se dá no segundo caso, no qual o agente é passivo e recebe as consequências da ignorância socialmente construída sem, contudo, operar ativamente em favor da sua manutenção.

A distinção entre os dois tipos de atitude em relação à construção da própria ignorância é útil, inclusive, para fins pedagógicos: são necessárias diferentes estratégias educativas ao lidar com cada caso apresentado anteriormente. Enquanto

um caso de mera ignorância pode ser resolvido apresentando contraevidência para substituir a ignorância por conhecimento, casos de ignorância construída são mais complexos. Isso porque, muitas vezes, é necessário quebrar as barreiras e mecanismos de defesa que esses sujeitos apresentam acerca de proposições sensíveis que podem revelar sua ignorância, além de apontar para uma mudança estrutural em diferentes instituições sociais e epistêmicas.

As situações de ignorância construída tornam-se ainda mais preocupantes nas circunstâncias nas quais a produção de ignorância não diz respeito apenas à ação ou culpa de sujeitos particulares. Como já sugeriram Mills (MILLS, 2007), acerca da ignorância branca, e Fricker (FRICKER, 2016), acerca de casos de injustiça hermenêutica, quando esses casos se dão pela própria forma como nossas instituições se constroem, marginalizando e oprimindo certos grupos, a ignorância ali resultante não possui um sujeito particular que possa receber a culpa, afinal, aprendemos a partir de fontes de testemunho que estão, elas mesmas, imersas neste processo de produção de ignorância.

É nesse sentido que o termo “ignorância motivada” [*willful ignorance*], nos revela a particularidade desse tipo de ignorância, visto que sugere o papel da vontade de sujeitos, grupos ou instituições em produzir, manter ou disseminar ignorância. Além disso, esse termo revela que, apesar dos sujeitos fazerem parte da dinâmica da construção de ignorância, frequentemente a “vontade” pela ignorância ocorre de forma sutil, através de mecanismos que não se revelam facilmente como uma mera escolha deliberada e racional pela ignorância (novamente, pense no caso do sujeito que sistematicamente recebe desinformação acerca do racismo de forma a corroborar com um sistema de crenças racistas).

Por conseguinte, apresentaremos nas seções subseqüentes dois exemplos de ignorância motivada, a partir dos trabalhos de Medina (MEDINA, 2013; 2016) e Mills (MILLS, 2007; 2015). Ambos os autores têm como preocupação diferenciar casos de ignorância que se constituem pela mera ausência de um bem epistêmico de casos onde a ignorância é construída, especialmente quando contribuem para a opressão e marginalização de grupos sociais.

Apesar do parentesco entre os projetos, Medina utiliza o termo ignorância ativa para descrever casos onde indivíduos ou grupos decidem por não saber, seja por meio de i) uma resistência cognitiva; ii) uma resistência afetiva; iii) uma

resistência corporal ou, iv) um mecanismo de defesa ou estratégia. Já Mills descreve um caso de ignorância que tem sua origem no privilégio dos membros do grupo majoritário (dado o interesse mais específico de Mills, de pessoas brancas). De acordo com este autor, essa ignorância é estruturalmente construída a partir do apagamento do histórico de opressão racial branca e pela criação de uma cognição distorcida acerca deste histórico.

2.1 A Ignorância Branca

No pequeno clássico *Ignorância Branca* (MILLS, 2007), Mills sugere um tipo de ignorância⁹ específico, cujas raízes estão profundamente arraigadas no racismo e nos privilégios que o racismo produz (racismo e privilégios "brancos", ou seja, racismo direcionado à população negra e privilégios daí derivados favorecendo a população branca). O ponto principal de seu ensaio é o de que os privilégios atuais geram produção constante de ignorância, em duas camadas: 1) a mais básica, a falta de percepção sobre o próprio racismo e sobre os privilégios e 2) uma disposição para a manutenção deste estado de ignorância, ou seja, uma tendência para a perpetuação do racismo e dos privilégios.

A ignorância branca, portanto, é uma ignorância que não pode ser explicada como uma mera ausência, visto que ela é mantida e disseminada, ativamente, a partir da construção de aparatos conceituais e apagamento ou distorção de fontes de testemunho que modificam o papel de pessoas brancas no processo de opressão racial. Esse processo, de acordo com Mills, causa um tipo de ignorância que molda nossa cognição social, por exemplo, no caso da expressão "descoberta da América" (como padrão, inclusive acadêmico), uma expressão que promove ignorância sobre o fato do continente ter sido sede, antes da chegada dos brancos europeus, de civilizações sofisticadas; que coloca essa informação em um patamar secundário de importância ou concede injustamente um protagonismo aos atores brancos e, além disso, oculta ou distorce o fato de que se tratou de uma invasão, não de uma descoberta.

⁹ Mills (2007, p.16) usa "ignorância" para cobrir tanto casos de crença falsa como casos de ausência de crença verdadeira.

Nesse caso, é possível perceber como a ignorância branca constrói um aparato conceitual, uma “visão de mundo” capaz de distorcer fatos acerca da racialização e do processo de opressão racial. Por exemplo, o próprio conceito do que é um povo “civilizado” e quem deve ser considerado “humano” ou “selvagem” molda nossa cognição social ao ponto de ser possível falar da descoberta de um continente já habitado, visto que não havia “seres humanos” ou “povos civilizados” nele, mas sim selvagens ou pessoas inferiores.

É importante ressaltar que ignorância branca *não é* o mesmo que ignorância de pessoas brancas. Mesmo que pessoas brancas possuam uma quantidade absurda de proposições das quais elas são ignorantes, isso não as torna “ignorantes brancos”. A ignorância branca é um tipo de ignorância que pode ser causalmente conectada com o racismo e com o privilégio branco. Dessa forma, inclusive pessoas negras podem possuir ignorância branca, visto que sua cognição pode também ser distorcida por aspectos estruturais que as impedem de obter conhecimento acerca do histórico de opressão racial.

Portanto, a ignorância branca que Mills denuncia é i) conectada ao racismo, de forma direta ou indireta; ela é diretamente conectada quando alguém ativamente trabalha para a diminuição da importância dos agentes negros, para a sobrevalorização dos agentes brancos e etc; ela é indiretamente ligada ao racismo quando, mesmo sem perceber ou sem pretender ser racista, alguém reproduz teses ou comportamentos que diminuem agentes negros e etc. ii) conectada aos privilégios, também de forma direta ou indireta, enquanto os privilégios impactam a sua motivação para suprimir o que promove a diminuição de agentes negros. Pessoas negras podem reproduzir mecanismos de diminuição de agentes negros (elas podem, por exemplo, repetir que “a América foi descoberta em 1.492”) e podem, inclusive, receber alguns dos privilégios mais tipicamente reservados para pessoas brancas¹⁰ e, com isso, não se colocarem em posição ativa de ataque aos privilégios e ao que produz o privilégio.

¹⁰ Esse trecho vai de acordo com o que escreve Frantz Fanon em “Pele negra, máscaras brancas”. Fanon é um importante pesquisador, escritor e psicanalista e trabalha principalmente acerca das questões raciais e a luta anticolonial/decolonial. Fanon, nesse livro, irá investigar a psicologia do colonizado e expor o processo de alienação que os negros são submetidos na situação colonial, explicitando, como o negro é constituído de uma negação de subjetividade a partir da sua desumanização pelos brancos colonizadores. Como a psicologia do homem negro é moldada a partir do mundo branco, eles são considerados como sub-humanos. Para escapar dessa sina, como aponta Fanon, muitos negros acabam por tentar vestir “máscaras brancas” e tornar-se brancos, adequando-

É importante ressaltar que a ignorância branca pode ocorrer mesmo que o indivíduo em particular não seja uma pessoa racista. Pense, por exemplo, num ativista que luta ativamente contra o racismo, mas que foi alimentado pela ignorância branca de modo a ter certas crenças falsas acerca do histórico de opressão racial. O ponto de Mills é que nossa sociedade é fruto da construção de uma cognição social distorcida sobre o passado de dominação racial branca. Dessa forma, a ignorância branca pode ser enxergada como uma ideologia, ou seja, uma certa visão de mundo, um aparato conceitual ou uma cognição social, que molda nosso comportamento epistêmico. Como ele sugere:

[...]a causalidade racializada pode dar origem àquilo que estou chamando de ignorância branca, de forma direta para um conhecedor racista, mas também indireta para um conhecedor não racista que pode formar crenças equivocadas (por exemplo, que após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, negros, de forma geral, possuíam as mesmas oportunidades que os brancos) (MILLS, 2007, p.21, tradução nossa).

Como foi destacado anteriormente, a ignorância branca é uma ignorância sistematicamente construída e motivada, visto que podemos traçar a sua construção através de caminhos causais que são sistematicamente trilhados (ou seja, a ignorância branca acaba por estabelecer mecanismos que disseminam falsidades e promovem ignorância *massivamente* - como os da educação, por exemplo). Para Mills (2015), esses caminhos causais podem se dar de diversas formas para diferentes agentes, valendo-se da socialização em um mundo onde o aparato conceitual branco é primordialmente privilegiado, da herança cultural e social de comportamentos e cognição racistas, dos interesses de grupo e etc. Porém, o aspecto em comum entre todas essas formas de disseminação é o *apagamento racial* (por apagamento racial, Mills (2015, p.220, tradução nossa) entende “[...] O apagamento retrospectivo, a lavagem branqueadora do passado racial, a fim de construir uma

se ao seu modo de vestir, pensar, utilizar a linguagem, etc. Isso faz com que os próprios negros, ao se tornarem mais “brancos”, tentem escapar da desumanização e discriminação do racismo e tentem viver em maior conforto de acordo com os padrões da sociedade branca. Um exemplo disso, aponta Fanon, é como para os negros antilhanos, os verdadeiros negros são os Africanos, enquanto eles são franceses: “O problema que enfrentamos neste capítulo é o seguinte: tão mais branco será o negro antilhano, quer dizer, tão mais próximo estará do homem verdadeiro, quanto mais tiver incorporado a língua francesa” (FANON, 2008). É neste sentido que Mills, concordando com Fanon, irá argumentar que mesmo negros podem ser vítimas da ignorância branca, visto que nossa cognição social é moldada a partir do pensamento branco. Para discussão mais detalhada acerca desse ponto ver: Fanon (196; 2008) Carvalho (2020)

narrativa alternativa que rompe o presente de qualquer legado de dominação racial".

Portanto, considerando o que foi apresentado, pode-se concluir que a *ignorância branca* não é uma mera ausência de um bem epistêmico ou de um estado cognitivo, mas sim, uma ignorância sistematicamente produzida e disseminada que tem suas origens no passado da dominação racial branca. A *ignorância branca* é motivada por diversos fatores, seja o interesse de grupo, seja a manutenção do *status quo*, etc. Ela é ativa na medida em que estruturalmente apaga ou distorce as fontes de testemunho que mostram alternativas resistentes ao aparato conceitual estabelecido, e, individualmente, a partir do papel do indivíduo em querer se manter ignorante.

Não obstante, pouco foi dito, nessa seção, sobre o papel individual da manutenção de casos de ignorância ativa, e, nesse caso, da ignorância branca. Agora iremos explorar, a partir de Medina (MEDINA, 2013; 2016) como essa ignorância é não só estruturalmente motivada, mas também individualmente motivada.

2.2 A Ignorância Ativa

Um fenômeno semelhante à ignorância branca descrita por Mills é a ignorância ativa da forma em que é apresentada por Medina (2016). Ambas, ignorância branca e ignorância ativa, se diferenciam da mera ignorância, pois não se constituem apenas como uma ausência de conhecimento. Além disso, nessas duas formas de ignorância há a característica ativa de construção não-acidental da ignorância. Todavia, enquanto Mills está preocupado com a construção estrutural de ignorância, e, portanto, de uma ignorância que escapa do escopo da responsabilidade particular de um único sujeito, Medina, por outro lado, nos ajuda a compreender como a alimentação dessa ignorância estrutural pode envolver um papel essencial da agência dos indivíduos, através de mecanismos de defesa intencionais.

Medina, tal qual Mill, está preocupado, principalmente, com questões raciais ao descrever esse fenômeno. Ele argumenta que a ignorância ativa gera um tipo de

insensibilidade por parte dos indivíduos acerca de questões que dizem respeito à identidade social¹¹. Nas palavras do autor:

Algumas formas insidiosas de opressão racial operam por meio de padrões de ignorância que contribuem para a estigmatização de grupos raciais minoritários. Neste artigo, apresento uma análise de como a ignorância racial produz desconfiança sistemática e falhas de comunicação entre linhas raciais (MEDINA, 2016, p.178, tradução nossa).

Para articular o conceito de ignorância ativa, Medina parte dos trabalhos da literatura racial clássica como fonte de *insights*. De acordo com o autor, tipicamente a ignorância acerca de questões raciais era tratada como uma espécie de cegueira, um déficit perceptual, que impede um sujeito de ver aquilo que está logo à sua frente. Dessa forma, aqueles que ignoram possuem uma atitude de “fechar os olhos” para as injustiças que são sistematicamente direcionadas às pessoas negras.

Apesar de identificar um bom ponto de partida, Medina (MEDINA, 2016, p.179) aponta para o fato de que ao se supervalorizar a percepção durante a descrição do fenômeno da insensibilidade racial, não se capta as nuances e complexidades do fenômeno. Isso porque, quando preconceito e insensibilidade estão envolvidos em questões de ignorância racial, diversos outros mecanismos têm sua função na perpetuação dessa insensibilidade, tais como a manutenção de nossas lacunas conceituais preconceituosas, nossa capacidade de ouvir adequadamente o testemunho dos outros, nossos vícios intelectuais e etc.

Dado isso, Medina sugere o uso do termo “*entorpecimento*”¹² para explicitar o fenômeno envolvido em casos de insensibilidade racial. De acordo com o autor, sua escolha é feita com base em três razões:

(1) a insensibilidade racial envolve trabalho epistêmico e em sua forma mais insidiosa, essa insensibilidade protege a si mesma através de mecanismos cognitivos e afetivos que fazem as pessoas tornarem-se entorpecidas à injustiças raciais; (2) a insensibilidade racial se torna insidiosa e recalcitrante quando opera em dois níveis: no nível objetivo e no meta-nível; e (3) a insensibilidade racial é um entorpecimento direcionado tanto externamente - ao mundo social, aos outros - quanto

¹¹ No caso de Medina, o autor está preocupado principalmente em argumentar a favor de uma implicação entre casos de ignorância ativa e insensibilidade racial. Porém, não há motivos para supor que outros tipos de opressão relacionadas a identidade social de grupos minoritários possuem a mesma implicação.

¹² O termo utilizado por Medina é “*numbness*”. Como não há tradução precisa para o termo, utilizaremos “entorpecimento” para se referir a esse estado.

internamente - a si mesmo, envolvendo pontos cegos que resultam tanto em ignorância social quanto ignorância de si mesmo (MEDINA, 2016, p. 181, tradução nossa).

Portanto, a insensibilidade racial, enquanto uma espécie de entorpecimento, possui três características principais, (1) o fato dela se esconder através de mecanismos tanto cognitivos quanto afetivos, (2) o fato dela ocorrer tanto em primeira quanto em segunda ordem; e (3) o fato dela envolver tanto ignorância acerca dos outros (da sua identidade, cultura, costumes) quanto sobre si mesma (do fato, por exemplo, de ser uma pessoa preconceituosa, etc.).

Dado o que foi dito, podemos apresentar, agora, a insensibilidade racial como uma espécie de ignorância ativa, ou seja, uma ignorância que se protege do que poderia revelar o racismo por mecanismos *ativos* de defesa.

O autor sugere que a insensibilidade racial é responsável por trocas epistêmicas disfuncionais¹³, visto que quando há preconceito relacionado à quantidade de credibilidade que damos ao testemunho de um falante, as trocas epistêmicas tendem a não ocorrer de forma ideal. Dessa forma, quando há insensibilidade racial envolvida, um sujeito não consegue dar o nível de credibilidade adequado a um falante por conta de seu próprio preconceito relacionado à identidade social desse sujeito, implicando, por exemplo, em uma manutenção da ignorância por parte do sujeito que ignora o testemunho de outros grupos sociais. Vamos sugerir, nas seções seguintes, que este tipo de fenômeno está também ligado a formas de violência epistêmica.

Além disso, quando os sujeitos que sofrem injustiças por conta da insensibilidade racial apontam para os erros daqueles que cometem a injustiça, muitas vezes são lidos como “sensíveis demais”, levando, de novo, o perpetrador da injustiça a ignorar a perspectiva do injustiçado.

É precisamente pelo fato de haver distorções e trocas epistêmicas disfuncionais que Medina argumenta que a insensibilidade racial aponta para uma ignorância que não é meramente acidental, mas sim, uma ignorância ativa e auto protetiva, que impede que as lacunas que são apresentadas pelos cometedores de

¹³ O fenômeno descrito por Medina como uma troca epistêmica disfuncional ocasionada pela insensibilidade racial é semelhante à proposta de Miranda Fricker ao apresentar o conceito de injustiça epistêmica, e, mais especificamente, a injustiça testemunhal. A injustiça testemunhal ocorre, para a autora, quando um ouvinte deflaciona o nível de credibilidade de um falante por conta de preconceito relacionado à sua identidade social.

injustiça sejam corrigidas pela mera apresentação de informação verdadeira acerca de questões relacionadas a opressão sistemática de grupos. Nas palavras do autor:

Em sua forma mais insidiosa, a insensibilidade racial não envolve apenas um tipo comum de ignorância acerca de questões raciais, mas sim, o que é chamado na epistemologia racial de “ignorância ativa”: o tipo de ignorância que envolve toda uma série de mecanismos de evitação e resistência em saber e aprender; o tipo de ignorância que é profundamente investida em não saber. Esse tipo recalcitrante de ignorância tem de ser distinguido do tipo mais básico ou simples de ignorância que envolve nada mais que a ausência de crença verdadeira ou a presença de crença falsa. (MEDINA, 2016. p.182, tradução nossa).

Portanto, a definição que Medina apresenta acerca da distinção de mera ignorância e ignorância ativa é como se segue:

Mera ignorância:

- (1) ausência de crença verdadeira;
- (2) presença de crença falsa;

Ignorância ativa:

- (3) Resistência cognitiva (preconceito, lacuna conceitual, etc.)
- (4) Resistência afetiva (apatia, interesse em não saber, etc.)
- (5) Resistências corporais (ansiedade, ficar irritado, etc.)
- (6) Mecanismos de defesa e estratégias (inverter o ônus da prova, *gaslighting*, etc.)

Portanto, conclui-se que apesar da ignorância ativa ser um tema comum nas linhas da epistemologia racial, a distinção que o autor faz entre ignorância ativa e mera ignorância nos ajuda a compreender melhor a demarcação entre esses fenômenos. Nesse sentido, ambos os trabalhos de Mills e Medina elucidam como a ignorância está relacionada à construção ativa de um estado de não-conhecimento, e, além disso, apontam para o papel que a ignorância desempenha em situações de opressão sistemática de grupos.

3 Ignorância e Violência

Os mecanismos ativos de que o agente em posição privilegiada se vale, conscientemente ou não, para a construção ou manutenção do estado de ignorância (como visto na seção anterior) são, em larga medida, *socialmente localizados*, ou

seja, eles são aprendidos em relações sociais ou eles são autorizados em relações sociais que *antecedem o exercício reflexivo do agente*.

Assim como os agentes, em sociedades como a nossa, aprendem que médicos são autoridades em relação a doenças (ou seja, recebem esta informação de modo difuso, por diversas fontes e antes de qualquer exercício reflexivo - em outros termos, os agentes *não concluem* por um processo de avaliação que médicos são os indivíduos que merecem tal posição), agentes em posição de privilégio aprendem, em grande parte de modo pré-reflexivo, que “mulheres (*e não os homens*) cuidam da casa”, que “negros são bons em basquete (*e não em matemática*)” e que “as coisas são assim”, que “lavar a louça faz um homem ser “mulherzinha””, que “discutir isso é mimimi” e muitas outras declarações que carregam o preconceito e os mecanismos para a manutenção do estado de preconceito.

De modo análogo, a ignorância construída sobre certos assuntos socialmente “delicados” promove lacunas importantes que, tipicamente, favorecem os tipos em posição de privilégio (por exemplo, ao atacar a educação sexual nas escolas priva-se crianças de mecanismos importantes para a compreensão e descrição das situações de exploração sexual). Esta promoção de ignorância tem como um de seus resultados o que Miranda Fricker denomina de *injustiça hermenêutica*, uma lacuna na capacidade de dar significado às próprias experiências.

Note que, nos casos de construção de ignorância sobre a própria sexualidade e sobre os eventuais interesses de pessoas em posição de privilégio (tipicamente homens adultos, neste caso) na sexualidade infantil e juvenil, a promoção de ignorância anda diretamente ligada à violência sexual, já que se produz ignorância sobre o dano destas ações.

Em sentido estrito não é adequado tomar a produção de ignorância como sendo, ela mesma, uma violência (é mais apropriado, como vimos, entender como a ignorância permite ou promove ações violentas). Todavia, como o exemplo acima sugere, a ignorância construída tipicamente encobre a violência que atinge cronicamente os grupos para os quais a construção ativa de ignorância é direcionada. Entender os mecanismos pelos quais a violência se concretiza é parte da ampla tarefa de criação de mecanismos de proteção e de compensação para os grupos oprimidos.

Um tipo de violência sob a ignorância é o das *microagressões verbais*. As microagressões são os melhores exemplares do ponto aqui, já que o próprio conceito de *microagressão*¹⁴ está relacionado ao tipo sutil, por vezes não percebida e não nomeada de agressão, como Sue sugere:

A despeito de muito ter sido escrito sobre as formas contemporâneas de racismo, sexismo e heterossexismo, muitos estudos nas áreas de Saúde, Educação, Direito, Empregabilidade, Saúde Mental e Ciências Sociais apontam para a dificuldade de descrever e definir a discriminação racial, de gênero e de orientação sexual que ocorre através do “preconceito implícito” (“implicit bias”); elas são difíceis de identificar, quantificar e de corrigir *por conta de sua natureza sutil, nebulosa e não-nomeada* (...). Estas experiências cotidianas de agressão corriqueira podem ter impacto significativamente maior sobre a raiva, a frustração e a autoestima do que as tradicionais formas abertas de racismo, sexismo e heterossexismo. Adicionalmente, sua natureza invisível faz com que os agressores deixem de perceber e de confrontar sua própria cumplicidade na criação de dilemas psicológicos para as minorias e o seu papel na criação de disparidades na educação, na saúde pública e na empregabilidade (SUE, 2010, p. 24, grifo nosso)

Nós interpretaremos, aqui, a “natureza invisível” das microagressões como um dos traços da ignorância construída. Agressões ou microagressões do tipo suposto por Sue são motivadas por preconceito e, claro, são reprováveis, já que são ataques injustos a uma pessoa.

As microagressões são “frequentemente inconscientes” (SUE, 2010, p. 29) por parte do agressor. Este é um ponto duplamente importante aqui: primeiro, porque ajuda a explicar *como* a ignorância construída causa danos ao oprimido¹⁵;

¹⁴ “Microagressão” é um termo cunhado originalmente por Chester Pierce em PIERCE, Chester “Offensive Mechanisms”, (In. *The Black Seventies*, BARBOUR, F., Boston: Porter Sargent, 1970, pp. 265–82) e que se refere às pequenas e frequentes agressões ligadas, implicitamente ou explicitamente, ao preconceito ou a estereótipos direcionados a membros de grupos marginalizados. Na taxonomia proposta por D. Sue em 2010 elas incluem *microinsultos*, *microinvalidações* e *microataques*, dependendo do tipo de ato desempenhado pelo agressor. As microagressões tornam-se graves por conta de sua repetição constante e pelo fato de serem realizadas mesmo de modo inconsciente e não-intencional (cf. SUE, 2010).

¹⁵ A relação entre autopercepção de agentes brancos em relação ao próprio preconceito parece estar coberta por diversos níveis de camada de ignorância produzida, que incluem mecanismos de proteção a esta autopercepção. De fato, pessoas que se declaram abertamente não-racistas podem, ao fim das contas, produzir dano maior do que pessoas abertamente racistas, paradoxalmente; por exemplo, tome uma sociedade em que o racismo é proibido e que racistas explícitos são em pequeno número e não conseguem promover políticas crônicas de discriminação racial. Considere também, porém, que tal sociedade ainda é infestada por preconceito, que circula sob a ignorância e que se manifesta na forma de microagressões corriqueiras que, como vimos, podem ser muito estressantes. Neste cenário, a capacidade social de reagir ao preconceito e de proteger as suas vítimas pode ser muito pequena. Considere, por fim, que as agressões podem acontecer sob vários níveis de ignorância produzida, níveis que podem chegar aos agressores em potencial inclusive sob a

em segundo lugar porque exemplifica um dos aspectos de uma ação violenta: a violência da ação está associada ao *dano* à pessoa vítima do preconceito, não a alguma intenção de seu autor.

Sue (2010) sugere que o dano final das microagressões, por seu caráter cumulativo e sutil, muitas vezes é maior do que o do racismo explícito. Este é um aspecto que precisa ser captado por uma boa teoria da violência: pequenos danos podem se somar de modo cumulativo ou de modo tal que, ultrapassada uma linha imaginária de resistência, o dano *total* surge de modo avassalador. Certos tipos de sofrimento mental parecem ter este tipo de característica. Isto reforça a utilidade de uma boa Filosofia da Violência¹⁶, uma que permita que atos (e microatos) de violência sejam explicitados (e não varridos para baixo do tapete, por conta inclusive da estratégia de tornar a reflexão sobre a violência um tabu).

Nem todo ato de violência acarreta danos que são inapropriados, em algum sentido. Acertar um soco em uma pessoa é, em situações corriqueiras, um ato que gera um dano que pode ser facilmente tomado como inapropriado, já que parece ser imoral (ou juridicamente culpável, ou etc.). Acertar um soco idêntico em uma pessoa que ameaça uma criança pode ser um ato de violência louvável, já que o dano do soco dificilmente superará o ganho da manutenção da integridade física da criança.

autopercepção de que são não-racistas. Tome, por exemplo, o seguinte relato de D. Sue: “preconceito invisível ou oculto a partir da posição de pessoas brancas bem-intencionadas foi demonstrado em um estudo sobre a “falha em ajudar”. Os investigadores concluíram que pessoas que não se veem como racistas têm menos chances de discriminar pessoas pretas quando o comportamento apropriadamente não-racista está claramente definido. Entretanto, quando as situações são ambíguas e quando outras razões podem ser dadas para ações discriminatórias, a probabilidade do preconceito aparecer aumenta. Para testar sua teoria sobre o racismo “aversivo” duas condições experimentais foram criadas: (1) uma na qual os sujeitos acreditavam que eram as únicas testemunhas de uma situação de emergência e (2) uma nas quais as testemunhas acreditavam que havia outras testemunhas. A situação de emergência variava a raça do motorista ferido: pretos ou brancos em um carro avariado. Os resultados mostraram que os observadores brancos ofereceram ajuda igualmente (em 80% dos casos) fosse o motorista branco ou preto quando eles acreditavam que eles eram as únicas testemunhas do acidente. Entretanto, no segundo cenário (quando acreditavam que outros tinham visto o acidente) a vítima preta era socorrida com metade da frequência do socorro às vítimas brancas. Como dar sentido a tais resultados? Os pesquisadores especularam que pessoas com preconceito inconsciente menos provavelmente responderiam de um modo discriminatório em contextos em que o certo e o errado, que os comportamentos apropriados e os inapropriados são claros e nada ambíguos. Como únicas testemunhas do acidente, não ajudar [a pessoa negra] constituiria-se como preconceito racial, o que desafiaria a autoimagem de não-racista da testemunha branca (SUE, 2010, p.49).

¹⁶ Uma análise filosófica da violência é sugerida em LUZ, Alexandre Meyer. “Por Uma Filosofia da Violência” (no prelo).

Esta separação entre a classificação de um ato como violento e o seu julgamento como sendo, em algum sentido, inapropriado, vale para qualquer tipo de violência. Tome, por exemplo, um tipo de violência epistêmica, aquela associada a *atacar* uma tese adversária. Atacar a crença de alguém de que “Cloroquina cura a COVID-19” é um tipo de violência contra tal crença (já que se procura *eliminar* a crença), mas numa discussão honestamente conduzida a partir das melhores evidências ela não se constitui, a princípio, numa *agressão inapropriada*, independentemente do lugar social ocupado pelo crente. No outro extremo, porém, atacar cronicamente as crenças de uma jovem estudante negra (e atacá-las mesmo sem uma boa motivação estritamente epistêmica para tal) se constitui, ao fim, dado seu caráter crônico, em um ataque *à pessoa* - um que é fortemente motivado e associado ao lugar social ocupado pela mulher negra, fortemente atingida pelo preconceito.

O ponto mais delicado e relevante para a presente investigação encontra-se *entre* estes dois tipos paradigmáticos de casos. O ponto aqui aparece quando percebemos o quanto o entorpecimento produzido pela ignorância sobre a percepção social sobre quando uma ação violenta porém apropriada (como a de atacar de modo justo a tese falsa de alguém) se transforma em um ataque à pessoa, dadas características do contexto em que tal ação violenta ocorre.

Considere inicialmente os contextos escolares. Corrigir crenças consideradas falsas ou injustificadas é um fim plausível para o processo educacional, mas também é razoável aceitar que a correção não deve ser feita com um ataque explícito à pessoa (“seu burro”) e que ela deve ser feita *na justa medida*. Corrigir uma criança destacando seus erros com grande frequência é uma estratégia documentadamente *desestimulante*, mesmo quando a correção não carrega explicitamente um ataque à pessoa. Destacar os erros e não elogiar os acertos pode ser apropriado, dado o objetivo de eliminar crenças falsas ou injustificadas naquele instante, mas é uma conhecida maneira de coibir o desenvolvimento dos agentes.

O que seria apenas ignorância em relação à melhor pedagogia vira ignorância *branca* (ou de gênero, ou etc.) quando a posição dos estudantes negros no contexto social racista não é considerada. Ignorar as agressões (e as microagressões) “brancas” - que são, frequentemente agressões à pessoa - colabora para que as

escolas permitam que a boa prática de confrontar teses se transforme em mais mecanismo social de rebaixamento de agentes.

Atos de violência atingem indivíduos diferentes de modos diferentes. Indivíduos diferentes podem ser menos ou mais expostos às agressões, mais ou menos pessoalmente resilientes frente a elas e etc. Este posicionamento *individual* frente à estrutura social (e, nos contextos escolares, frente ao exercício violento de ter uma crença atacada) gera uma dificuldade para a zona cinzenta entre a boa prática do confronto de teses e o ataque à pessoa, uma dificuldade que pode ser bem descrita apelando-se para a bem conhecida metáfora aristotélica: *qual a justa medida?*

Nos contextos escolares (mas não só neles), boa parte do trabalho de atualizar a resposta à pergunta acima recai sobre o professor, dada sua posição de poder, sua posição privilegiada em relação às informações sobre os estudantes e por conta de sua *motivação intrínseca* para a formação de bons agentes epistêmicos.

Formar bons agentes epistêmicos ao longo do processo educacional não é o único *desideratum* da educação, mas parece ser pouco questionável que seja um fim importante (inclusive porque ser um bom agente epistêmico é uma boa afronta ao racismo e ao preconceito em geral). Como vimos, ele exige que os agentes sejam preparados para lidar com a violência intrínseca e louvável do confronto honesto de teses e que eles estejam apropriadamente confiantes em suas competências como agentes epistêmicos. Como vimos, isto exige atuação *constante* contra os ataques à pessoa que o preconceito carrega e que a ignorância esconde¹⁷. Para satisfação do *desideratum*, os professores devem agir ativamente e constantemente para descobrir e compensar as agressões às pessoas de seus estudantes - com atenção especial para as agressões e microagressões crônicas - como são aquelas procedentes dos grupos privilegiados. Os professores devem estar, em outras palavras, intrinsecamente motivados para procurar a justa medida entre a correção honesta e a compensação dos danos dos ataques às pessoas.

Isto parece andar de modo alinhado à sugestão de Miranda Fricker em *Epistemic Injustice: Power And The Ethics Of Knowing*, a que aponta para a importância de uma virtude *anti-preconceito*:

¹⁷ Esconde inclusive tornando o tema da violência um tabu, suprimindo inclusive o direito à eventual autodefesa violenta. Sobre o ponto, veja DORLIN, 2020.

A virtude em questão é como a virtude da justiça testemunhal, na medida em que será corretiva em sua estrutura. Mas enquanto, como argumentei, a justiça testemunhal pode assumir uma forma ingênua em relação a esse ou aquele preconceito, de modo que o ouvinte está simplesmente livre de preconceitos em primeiro lugar e não precisa monitorar (reflexivamente ou não) sua influência sobre seu julgamento; por outro lado, a virtude da justiça hermenêutica é sempre corretiva. Em todos os casos desse tipo de injustiça, a lacuna relevante nos recursos hermenêuticos reduziu genuinamente a inteligibilidade comunicativa do falante de uma ou outra maneira (em relação ao conteúdo ou à *forma*), de modo que sua relativa ininteligibilidade não é algo a que o ouvinte virtuoso poderia estar ingenuamente imune. Pelo contrário, se um ouvinte simplesmente falhar em registrar o fato de que os esforços de inteligibilidade de sua interlocutora estão prejudicados, isso poderia apenas ser uma falha por parte do ouvinte. A forma que a virtude da justiça hermenêutica deve assumir é, portanto, um estado de alerta ou sensibilidade à possibilidade de que a dificuldade que a interlocutora está enfrentando ao tentar tornar algo comunicativamente inteligível não se deve ao fato de ser um absurdo ou de a falante ser uma tola, mas antes, se deve a algum tipo de lacuna nos recursos hermenêuticos coletivos (FRICKER, 2007, p. 169)

Não cabe aqui, no entanto, desenvolver uma abordagem sobre uma virtude (ou um conjunto de virtudes) para diferentes tipos de injustiças epistêmicas, violências epistêmicas e ignorância. De qualquer modo é digno de nota que dar um passo atrás parece permitir captar o tipo geral de demanda primária que é ferramenta importante contra a ignorância motivada, contra as injustiças epistêmicas e contra a passagem de violência legítima para a inapropriada (no sentido visto acima): a motivação constante para preencher lacunas na nossa própria posição como agente.

Conclusão

Nesse artigo, investigamos diferentes relações e avaliações que o fenômeno da ignorância pode evocar. Primeiro, apresentamos o conceito de ignorância proposicional, de modo a delimitar o que estamos entendendo como ignorância. Depois, sugerimos que interpretar ignorância *apenas* como ausência de um bem epistêmico ou sucesso cognitivo, como o conhecimento, não é o suficiente para a compreensão dos diferentes mecanismos sociais e identitários que impactam a construção, a disseminação e a manutenção de ignorância. Por fim, sugerimos que a ignorância tem um importante papel ao esconder o preconceito e a violência dele derivada.

A partir dessas considerações, conclui-se que a ignorância, enquanto um fenômeno de ausência de um bem epistêmico ou estado cognitivo, pode estar intrinsecamente conectada com fenômenos sociais como os do preconceito, violência e injustiça. Dessa forma, é necessário interpretarmos a ignorância não somente a partir de uma ausência, mas também, como meio de produção de desinformação e estados de não conhecimento que podem ser socialmente produzidos, forçosamente mantidos e disseminados.

Referências

DENICOLA, Daniel. *Understanding ignorance: the surprising impact of what we don't know*. Cambridge: The MIT Press, 2017.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Ubu Editora; 1ª edição, 2020.

FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRICKER, Miranda. Epistemic injustice and the preservation of ignorance. In: PEELS, Rik; BLAAUW, Martijn. *The epistemic dimensions of ignorance*. New York: Cambridge University Press, 2016. Cap. 9. p. 160-177.

FIELDS, Lloyds. Moral Beliefs and Blameworthiness. *Philosophy*, [S.L.], v. 69, n. 4, p. 397-415, 1994.

HAACK, S. "The Ethics of Belief" Reconsidered. In: STEUP, M. (ed.). *Knowledge, Truth, and Duty: Essays on Epistemic Justification, Responsibility, and Virtue*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 21-33

LUZ, Alexandre M. *Por Uma Filosofia da Violência* (no prelo).

LUZ, A. M; STRAPPAZZOTO, A.; LUZ, B. P. *Filosofia da Violência: Microviolência e Esquizoanálise* (no prelo).

MEDINA, José. *Ignorance and Racial Insensitivity*. In: PEELS, Rik; BLAAUW, Martijn. *The epistemic dimensions of ignorance*. New York: Cambridge University Press, 2016. Cap.10.p.178-201.

MEDINA, José. *The Epistemology of Resistance: gender and racial oppression, epistemic injustice and resistant imaginations*. New York: Oxford University Press, 2013.

MILLS, Charles. White Ignorance. In: SULLIVAN, S; TUANA, N. *Race and Epistemologies of Ignorance*. New York: Suny Press, 2007. p. 11-38.

MILLS, Charles. Global White Ignorance. In: GROSS, M; MCGOEY, L. *Routledge international handbook of ignorance studies*. London: Routledge, 2015. p.217-227.

MORVAN, Pierre Le. On Ignorance: a reply to peels. *Philosophia*, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 335-344, 8 dez. 2010. Springer Science and Business Media LLC.

MORVAN, Pierre Le. Knowledge, Ignorance and True Belief. *Theoria*, [S.L.], v. 77, n. 1, p. 32-41, 17 jan. 2011a. Wiley.

MORVAN, Pierre Le. On Ignorance: a vindication of the standard view. *Philosophia*, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 379-393, 4 out. 2011b. Springer Science and Business Media LLC.

MORVAN, Pierre Le. On the ignorance, knowledge, and nature of propositions. *Synthese*, [S.L.], v. 192, n. 11, p. 3647-3662, 12 mar. 2015. Springer Science and Business Media LLC.

MORVAN, Pierre Le. Why the Standard View of Ignorance Prevails. *Philosophia*, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 239-256, 30 jan. 2013. Springer Science and Business Media LLC.

NOTTELMANN, Nikolaj. The varieties of ignorance. In: PEELS, Rik; BLAAUW, Martijn. *The epistemic dimensions of ignorance*. New York: Cambridge University Press, 2016, p. 33-56.

PEELS, Rik; LE MORVAN, Pierre. The Nature of Ignorance: two views. PEELS, Rik; BLAAUW, Martijn (org.). *The Epistemic Dimensions of Ignorance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p.12-32.

PIERCE, Chester. Offensive mechanisms. In: BARBOUR, F. B. (Org.), *The Black seventies*. Boston: Porter Sargent, 1970, p. 265–282.

SUE, Derald Wing. *Microaggressions in everyday life: race, gender, and sexual orientation*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2010

SULLIVAN, S; TUANA, N. *Race and Epistemologies of Ignorance*. New York: Suny Press, 2007.

ZIMMERMAN, Michael J. *An Essay on Moral Responsibility*. Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, 1988

Recebido em: 30 /07/2023.
Aprovado em: 07/11/2023.
Publicado em: 14/12/2023.